


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0000521-42.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 28/11/2013 09:53:59 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

Cristiane dos Santos propõe ação contra Banco Itaucard Sa aduzindo a nulidade da cobrança de tarifas não autorizadas em contrato de financiamento, quais sejam, Tarifa de Cadastro e Tarifa de Avaliação de Bens e postulando a repetição em dobro do indébito.

O réu apresentou contestação alegando a validade do contrato e suas cláusulas, que devem ser cumpridas.

O autor apresentou réplica.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é improcedente.

O instrumento contratual, às fls. 17/21, revela-nos que constou expressamente a cobrança/pagamento de cada tarifa impugnada – Tarifa de Cadastro, Tarifa de Avaliação de Bens -, com a indicação do valor atribuído a cada qual.

O nome dessas cobranças é autoexplicativo a respeito da finalidade.

As tarifas foram previamente informadas ao consumidor.

Inexiste qualquer abusividade.

Vejamos cada uma.

Tarifa de Cadastro: como decidiu o STJ em recurso repetitivo, "permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011)" (REsp 1251331/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013).

Ressarcimentos: a Tarifa de Avaliação de Bens é autorizada pela Res. 3.919 do CMN e possui a natureza de ressarcimento, feito pelo consumidor, de despesa realizada pela instituição financeira para a concretização da avença, no caso em tela, para a avaliação do veículo dado em garantia.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **CONDENO** o autor em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 678,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 02 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**